

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2017/2019

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: GO000718/2017
 DATA DE REGISTRO NO MTE: 25/07/2017
 NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR043631/2017
 NÚMERO DO PROCESSO: 46290.001039/2017-83
 DATA DO PROTOCOLO: 20/07/2017

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

TERMOS ADITIVO(S) VINCULADO(S)

Processo n°: 4629000910201811e Registro n°: GO000512/2018

SIN DOS EMP EM ESTAB DE SERV DE SAUDE DE ANAPOLIS S C/, CNPJ n. 00.045.179/0001-01, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARCOS ANTONIO FONSECA;

E

ASSOCIAÇÃO PROTEÇÃO MATERNIDADE INFANCIA DE GOIANDIRA, CNPJ n. 01.130.491/0001-58, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOAO ANTONIO DE FARIA;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de julho de 2017 a 30 de junho de 2019 e a data-base da categoria em 01º de julho.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde**, com abrangência territorial em **Goiandira/GO**.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PISOS SALARIAIS

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/07/2017 a 30/06/2018

Para os profissionais abaixo-relacionados ficam garantidos os seguintes pisos mínimos salariais:

Atendente de Enfermagem	R\$ 1.041,00
Auxiliar de enfermagem	R\$ 1.114,00
Técnico em enfermagem	R\$ 1.278,36
Recepcionista/Secretária de portaria	R\$ 1.114,00
Recepcionista de laboratório	R\$ 1.114,00
Telefonista	R\$ 1.114,00
Pessoal de copa, cozinha, lavanderia e limpeza	R\$ 1.041,00
Auxiliar de laboratório (para 24 horas semanais)	R\$ 1.391,00
Auxiliar de laboratório (para 36 horas semanais)	R\$ 2.085,00
Técnico em laboratório (para 24 horas semanais)	R\$ 1.714,00
Técnico em laboratório (para 36 horas semanais)	R\$ 2.573,00
Guardas, Porteiros, Vigilantes e Maqueiros	R\$ 1.114,00
Motoristas	R\$ 1.173,00

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - DOS REAJUSTES

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/07/2017 a 30/06/2018

O reajuste salarial da categoria é de 8% (seis por cento) incidentes sobre os salários a partir de 1º/07/2017.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - DO ATRASO DE PAGAMENTOS

Estabelece multa, em favor do empregado, de 10% (dez por cento) sobre o saldo salarial, na hipótese de atraso no pagamento de salários até 20 (vinte) dias e de 3% (três por cento) por mês, no período subsequente (DC. 020/93 AC. 447/94 TRT 18.ª Região).

CLÁUSULA SEXTA - DOS COMPROVANTES

Recebimento de comprovantes de remuneração paga, discriminando salário, gratificação, hora extra, adicionais e descontos sofridos, inclusive quando cobrados por danos causados dolosamente (DC. 020/93 AC. TRT 18.ª Região);

DESCONTOS SALARIAIS

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DESCONTOS

I - Fica proibido restituição ou diminuição de salários por força deste acordo.

II - Fica proibido qualquer desconto nos salários dos empregados, salvo os previstos em lei, acordo coletivo, convenção coletiva de trabalho, assembleia geral e os devidamente autorizados pelo empregado (DC. 020/93 AC. 447/94 TRT 18.ª Região).

III - Vedado o desconto dos salários por danos acidentalmente causados pelos empregados sem dolo, comprovadamente (DC. 020/93 AC. 447/94 TRT 18.ª Região).

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA OITAVA - OUTRAS NORMAS SALARIAIS

I - Caso a conjuntura econômico-financeira assim permitir, poderão ser negociados novos parâmetros.

II - Será concedido isonomia salarial aos empregados que exercem funções idênticas (CF artigo 7º inciso XXX).

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS
ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA NONA - DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS

As horas extraordinárias serão remuneradas com o adicional de 60% (sessenta por cento) da hora normal;

ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

CLÁUSULA DÉCIMA - TRIÊNIO/QUINQUÊNIO

Ficam assegurados aos empregados o recebimento de triênio e quinquênio para cada 03 (três) e 05 (cinco) anos de serviços prestados à mesma instituição, nos percentuais de 4% (quatro por cento) e 6% (seis por cento), respectivamente, calculados sobre o salário base. (DC. 020/93 AC. 447/94 TRT 18.ª Região). Exemplos: 3 anos = 1 triênio; 5 anos = 1 quinquênio; 8 anos = 1 triênio e 1 quinquênio; 10 anos = 2 quinquênios; 13 anos = 2 quinquênios e 1 triênio; 15 anos = 3 quinquênios; 18 anos = 3 quinquênios e 1 triênio, e assim sucessivamente.

ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ADICIONAL NOTURNO

O trabalho noturno será pago com o adicional de 40% (quarenta por cento), a incidir sobre o salário da hora normal.

OUTROS ADICIONAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ASSIDUIDADE/TAXA DE ENFERMAGEM

I - Fica concedido a título de assiduidade, em substituição à produtividade, o índice de 4% (quatro por cento) do salário base para toda a categoria (DC. 020/93 AC. 447/94 TRT 18.ª Região).

PARÁGRAFO ÚNICO - Não perderá a condição de assíduo o empregado que tiver faltado ao trabalho justificadamente.

II - Fica garantida aos empregados que prestam serviços nos centros cirúrgicos, centros de terapia intensiva, semi-UTIs, sala de retaguarda, quartos ou salas de isolamento e unidade de terapia intensiva, enquanto exercerem as atividades no setor, conforme escala de

revezamento feita pela enfermeira-chefe, a taxa de enfermagem correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário base de Serviços Gerais. (DC. 020/93 AC. 447/94 TRT 18.ª Região).

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ANOTAÇÕES

As empresas ficam obrigadas a anotar na Carteira Profissional a função efetivamente exercida pelo empregado, observada a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO (PN 105 do TST);

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DEMISSÕES E RESCISÕES CONTRATUAIS

I - A todos os empregados, ao serem demitidos, ser-lhes-ão fornecidas cartas de aviso prévio, devendo a instituição colocar no verso do aviso data, horário e local de acerto (DC. 020/93 AC. 447/94 TRT 18.ª Região).

II - Carta especificando a falta cometida, em caso de dispensa por justa causa. Na sua falta a dispensa será considerada sem justa causa (DC. 020/93 AC. 447/94 TRT 18.ª Região);

III - Acerto de rescisão contratual até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato, ou até o 7.º (sétimo) dia contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa do seu cumprimento, devendo a empresa colocar no verso do aviso prévio o dia, mês e hora para acerto da rescisão, bem como o local em que será feita a quitação da rescisão.

IV - Multa de um salário do empregado por atraso do cumprimento da obrigação prevista nesta cláusula. A empresa ficará isenta da multa se a demora na quitação das verbas rescisórias for motivada pelo empregado, ou se o mesmo se recusar ao acerto rescisório mediante comprovada comunicação ao Sindicato Profissional no prazo legal, que fornecerá as certidões necessárias à empresa.

V - Na ocorrência de dispensa sem justa causa ou a pedido e nos casos em que o empregador utilize seu direito de exigir o cumprimento do aviso, tendo o empregado conseguido novo emprego devidamente comprovado, ser-lhe-á dispensado o restante do cumprimento, sem nenhum ônus para o empregado e empregador, devendo o empregador informar ao empregado o seu direito.

VI - O pagamento do acerto rescisório deverá ser feito através de moeda corrente, no ato da homologação. Caso faça necessário poderá o Empregador optar em depositar o valor integral do acerto rescisório em conta de titularidade do empregado, sendo observada a data limite para o acerto conforme o parágrafo II desta cláusula. Nesta hipótese deverá o empregador e empregado apresentar comprovante de depósito e extrato bancário, respectivamente.

VII - Considerar-se-ão sem nenhum efeito jurídico recibos de rescisão ou quitação pagas aos empregados sem a observância do inciso anterior VI.

VIII - Documentos obrigatórios para homologações de rescisões contratuais:

- Cópia do Aviso Prévio;
- 05 vias de TRCT (Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho) no caso de demissão sem justa causa e 03 vias quando a pedido do empregado;
- Exame Demissional;
- Extrato Analítico do FGTS, GRRF (Guia de pagamento da multa de 40%), Demonstrativo e Chave de Conectividade;
- CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário;
- SD – Guia de Requerimento ao Seguro Desemprego;

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO AVISO

I - No início do período do aviso prévio, o empregado poderá optar pela redução de 02 (duas) horas no começo ou no final da jornada de trabalho (DC. 020/93 AC. 447/94 TRT 18.ª Região);

II - Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo o trabalhado, o máximo de trinta dias, nos termos da lei e o restante devendo ser indenizado (na dispensa sem justa causa);

III - Proibido alteração de local e condições de trabalho do empregado em regime de cumprimento de aviso prévio, salvo quando exercer cargo de confiança (DC. 020/93 AC. 447/94 TRT 18.ª Região).

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - INCENTIVO A CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A instituição, para melhorar o nível técnico dos empregados, promoverá cursos de reciclagem e/ou profissionalizantes para seus empregados, sem ônus para os mesmos. Em contrapartida, os empregados convocados deverão frequentá-los;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DO EMPREGADOR

O Empregador que tiver acima de 50 empregados, deverá manter 10% (dez por cento) em seu quadro total de empregados, compostos de trabalhadores com idade igual ou superior à 35 anos de idade.

ESTABILIDADE MÃE

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ESTABILIDADE GESTANTE

Estabilidade provisória de 60 (sessenta) dias à gestante a contar do término da licença maternidade (DC. 020/93 AC. 447/94 TRT 18.ª Região);

ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ESTABILIDADE APOSENTADORIA

Desde que a serviço na empresa há pelo menos 03 (três) anos, é garantido o emprego ao trabalhador durante os 12 (doze) meses anteriores à aquisição do direito de aposentadoria por tempo de serviço, ressalvadas as dispensas a pedido ou por cometimento de falta grave;

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA - PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO

I - Fica mantido aos empregados de estabelecimentos de serviços de saúde, representados por este Acordo Coletivo de Trabalho, jornada especial de trabalho com prorrogação de carga horária para compensação de 12 X 36 (doze por trinta e seis) horas diárias. Ou 06 (seis) horas diárias de segunda a sexta-feira mais um plantão de 12 (doze) horas na semana (DC. 020/93 AC. 447/94 TRT 18.ª Região).

II - A compensação, na forma de redução de jornada ou concessão de folga, deverá ocorrer até o 6º (sexto) mês subsequente à prestação do labor extraordinário.

III - Na hipótese de ao final do 6º (sexto) mês subsequente não tiverem sido compensadas todas as horas extras prestadas, as restantes deverão ser pagas com o acréscimo previsto na cláusula nona deste acordo.

IV - Diante de expressa solicitação do empregado, a compensação de horas extraordinárias poderá ser feita em época que melhor lhe convier, não se aplicando, neste caso, o limite de prazo previsto no parágrafo anterior.

V - O empregado que no início da jornada de trabalho tiver que receber o serviço de um colega, para não atrasar o horário de saída do mesmo, poderá iniciar sua jornada 10(dez) minutos antes, porém sem caráter obrigatório e sem ônus para a Instituição.

VI - Quando submetidos a regime de prorrogação de carga horária, o recebimento de refeições e lanche composto de pão, manteiga, leite e café ou equivalente nutricional, gratuitamente (DC. 020/93 AC. 447/94 TRT 18.ª Região);

VII - Proibe-se a prorrogação da jornada de trabalho do estudante, exceto em caso de extrema necessidade devidamente comprovada pela instituição à escola;

INTERVALOS PARA DESCANSO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DOS INTERVALOS

Em cada jornada de 12 (doze) horas é concedido intervalo mínimo de 1 (uma) hora para refeição e lanche segundo escolha de cada trabalhador, conforme escala de revezamento feita pela enfermeira-chefe responsável pelo setor (DC. 020/93 AC. 447/94 TRT 18.ª Região).

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DOS ATRASOS

Tolerância de atraso de 10 (dez) minutos, sem perda do dia, desde que eventual (DC. 020/93 AC. 447/94 TRT 18.ª Região);

FALTAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DAS FALTAS

I – Abono de faltas aos empregados inscritos em concursos, vestibulares, devidamente comprovados os dias destinados às provas e pelo tempo necessário à sua realização. Aos empregados inscritos nos cursos supletivos, nos dias de provas, será reduzida a carga horária em 60 (sessenta) minutos, desde que comprovadas com antecedência de, no mínimo, 05 (cinco) dias de sua realização (DC 020/93 AC. 447/94 TRT 18.ª Região);

II - Assegura-se o direito à ausência remunerada do dia em que o empregado levar ao médico filho menor ou dependente previdenciário de até 14 (quatorze) anos de idade, mediante comprovação no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. A enfermidade e a necessidade de assistência serão comprovadas mediante atestado médico (Parágrafo 2.º do art. 6.º da Lei 605/49);

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - BANCO DE HORAS

Faculta-se às instituições a adoção do sistema de Banco de Horas, observados os aspectos para a sua implementação previsto na lei, exceto domingos e feriados e na jornada de 12 X 36 (doze por trinta e seis) horas.

FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DAS FÉRIAS PROPORCIONAIS

Férias proporcionais à duração do período de serviço em caso de cessação da relação empregatícia, independentemente da causa do afastamento, desde que cumprido um período mínimo de 15 (quinze) dias de trabalho (Convenção OIT 132);

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DAS REFEIÇÕES

I - Serão fornecidos gratuitamente refeições e lanche aos empregados que prestarem serviços nos denominados plantões de 12 (doze) horas. A refeição e lanche fornecidos pela instituição não constituirão prestação *in natura* nem incorporação aos salários para qualquer efeito (DC. 020/93 AC. 447/94 TRT 18.ª Região);

II - Será destinado um local em condições de higiene para as refeições e lanches (DC. 020/93 AC. 447/94 TRT 18.ª Região).

UNIFORME

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO UNIFORME

Sendo obrigatório o uso de uniformes a instituição os fornecerá, gratuitamente, a seus empregados em número de 02 (dois) para uso exclusivo em serviço, os quais serão devolvidos no ato da demissão, no estado em que se encontrarem (DC. 020/93 AC. 447/94 TRT 18.ª Região);

INSALUBRIDADE

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DA INSALUBRIDADE

Fica garantido o recebimento de adicional de insalubridade no valor de 20% (vinte por cento) sobre o salário de Serviços de Gerais, independente de perícia, a todos os empregados beneficiados por este Acordo Coletivo de Trabalho, salvo constatação de grau máximo de insalubridade em laudo pericial da Delegacia Regional do Trabalho e Emprego.

CIPA – COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CIPEIROS

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DOS SUPLENTE DA CIPA

Concede-se a garantia do artigo 165 da CLT aos suplentes eleitos das CIPAS;

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DOS ATESTADOS

Os atestados médicos e odontológicos fornecidos pelos médicos e odontólogos contratados e conveniados do sindicato terão a mesma validade que os atestados passados pelos órgãos públicos de saúde e ambulatórios empresariais (DC. 020/93 AC. 447/94 TRT 18.ª Região).

PROFISSIONAIS DE SAÚDE E SEGURANÇA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA

A empresa prestará assistência jurídica ao seu empregado que no exercício de função de vigia, dentro da sua jornada de trabalho, praticar ato que leve a responder a ação penal;

RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DO ACESSO

As instituições concederão locais em seus quadros de avisos ao sindicato laboral para fixação de cartazes, panfletos e avisos, no que se diz respeito aos interesses da categoria e/ou do sindicato.

As instituições permitirão o livre acesso dos diretores ou empregados do sindicato laboral, quando no exercício da sua função, às dependências das instituições para divulgação, convocação e comunicação de outras atividades de interesse da classe e recebimento dos créditos que lhe são devidos, com comunicação prévia de 24 (vinte e quatro) horas.

ACESSO A INFORMAÇÕES DA EMPRESA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DAS INFORMAÇÕES

I - As instituições fornecerão ao sindicato profissional, mensalmente, até o 20.º (vigésimo) dia do mês subsequente, relação dos empregados admitidos e demitidos com nome, função e sexo, para fins estatísticos (DC. 020/93 AC. 447/94 TRT 18.ª Região).

II - As instituições obrigam-se a remeter ao sindicato profissional uma vez por ano, a relação dos empregados pertinentes à categoria.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DAS CONTRIBUIÇÕES

I - Conforme negociação entre as partes os descontos mensalmente de 1% (um por cento) do salário base dos empregados, beneficiados pelo presente Acordo, à título de reversão de conquistas sindicais, a partir de julho/2009, esta obrigação passou para a instituição, sem nenhum ônus para o empregado, limitando ao valor de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por empregado, devendo o montante ser recolhido ao Sindicato Profissional até o 10º (décimo) dia após o mês vencido, em guia própria na rede bancária autorizada ou nas agências lotéricas.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para os empregados admitidos após a data-base, o repasse de que trata esta cláusula será efetuado no salário do primeiro mês de serviço.

II - As instituições encaminharão à entidade profissional cópia das guias de contribuição sindical, confederativa e contribuição de reversão de conquistas sindicais com relação nominal dos respectivos salários no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o desconto (DC. 020/93 AC. 447/94 TRT 18.ª Região).

III - Os empregados que não estiverem trabalhando nos meses destinados aos descontos e repasses das contribuições sindicais terão os mesmos descontos ou repasses no mês de reinício do trabalho.

DISPOSIÇÕES GERAIS APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DA EXCLUSÃO

Ficam excluídos deste Acordo os profissionais que tenham órgão representativo próprio da categoria.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DA APLICAÇÃO

O presente Acordo Coletivo de Trabalho será aplicado na Associação de Proteção Maternidade Infância de Goiandira.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

I - Multa de 01 (um) salário do empregado à instituição que desrespeitar a cláusula 14ª (décima quarta) do inciso III, ficando isenta do pagamento a instituição que comunicar ao sindicato profissional, no prazo legal, a recusa do empregado, comprovadamente.

II - Multa de 01 (um) salário mínimo à instituição que descumprir qualquer cláusula, parágrafo e inciso deste Acordo Coletivo de Trabalho e 5% (cinco por cento) do valor da remuneração do empregado, em caso de descumprimento de qualquer cláusula, parágrafo ou inciso, revertendo o valor da multa à parte prejudicada (DC. 020/93 AC. 447/94 TRT 18.ª Região).

III - Aplica-se multa de 2% (dois por cento) a partir do primeiro dia de atraso da obrigação contida na cláusula 34ª inciso I.

RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - As partes comprometem-se a cumprir fielmente o presente Acordo Coletivo de Trabalho.

II - Fica eleita a Justiça do Trabalho para processar e julgar as questões entre empregado e empregador no cumprimento do presente Acordo Coletivo de Trabalho e o Poder Judiciário nas questões entre Sindicato Profissional e Instituições Filantrópicas de Saúde.

III - O presente Acordo Coletivo de Trabalho, firmado por livre vontade das partes, será arquivado na Gerência Regional do Trabalho e Emprego – GRTE – Anápolis - GO para sua eficácia jurídica, ficando uma via para cada parte que dela se obriga.

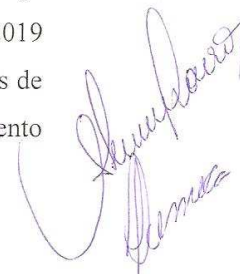
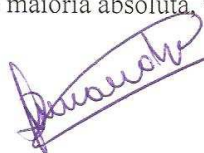
IV - Vigência do presente Acordo por 24 (vinte e quatro) meses, iniciando-se em 1.º (primeiro) de julho/2017 e término previsto para 30 (trinta) de abril/2019. Não havendo manifestação das partes, fica o presente instrumento prorrogado por mais 24 (vinte e quatro) meses, exceto as cláusulas terceira e quarta, que serão negociadas livre e anualmente entre as partes, ficando as demais cláusulas revigoradas.

MARCOS ANTONIO FONSECA
PRESIDENTE
SIN DOS EMP EM ESTAB DE SERV DE SAUDE DE ANAPOLIS S C/

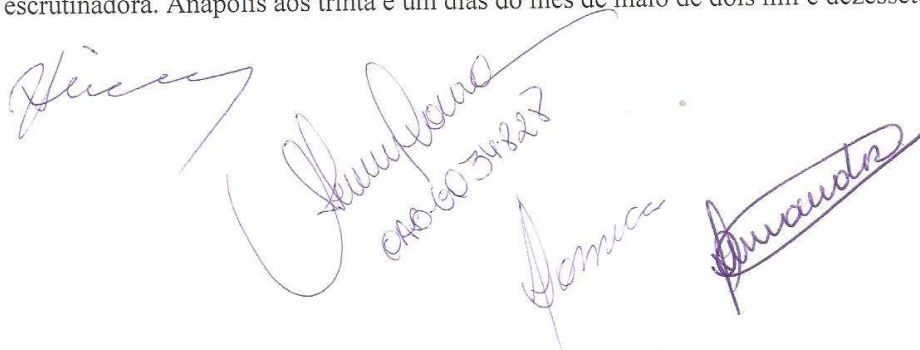
JOAO ANTONIO DE FARIA
PRESIDENTE
ASSOCIACAO PROTECAO MATERNIDADE INFANCIA DE GOIANDIRA

ANEXOS
ANEXO I - ATA

Ata de Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Anápolis com Extensão de Base (SEESSACEB) realizada nos dias: 24, 25, 26, 29, 30 e 31/05/2017 nos horários das 8:00 (oito) às 11 (onze) e das 13:00 (treze) às 17:00 (dezesete) horas na sede da entidade sita à Travessa Francisco da Luz Bastos, 85, Centro – Anápolis – Goiás, para tratar da seguinte pauta publicada no Jornal Diário da Manhã Edição 20/05/2017 ou seja: - Discussão e aprovação por votação das minutas de acordos coletivo de trabalho (ACT) para o período 1º/07/2017 a 30/06/2019; - Autorização para a Diretoria do SEESSACEB negociar acordos coletivos de Trabalho (ACT) com as instituições filantrópicas de saúde da cidade de Anápolis e cidades pertencentes a extensão de base; outros assuntos de interesse da categoria profissional. Compareceram durante os 06 (seis) dias de assembléia 174 (cento e setenta e quatro) empregados do setor de saúde filantrópico de Anápolis e Região. A todos foi dada a oportunidade de se manifestar e apresentar sugestões na formulação das minutas que após discutidas e aprovadas serão apresentadas as instituições filantrópicas de saúde da cidade de Anápolis e nas cidades pertencentes a extensão de base em que existam instituições filantrópicas de saúde. Depois de muita discussão a minuta base que servirá para todas, foi aprovada por maioria absoluta dos empregados que compareceram nos 06 (seis) dias de assembléia, as presentes minutas constam de 10% (dez) a 15% (quinze) por cento de reajuste a incidir sobre o salário vigente em julho/2016 ou em cima do último salário nas instituições em foram parcelados o reajuste de 2016, revigoração de todas as cláusulas e parágrafos dos acordos coletivos do período 1º/07/2015 a 30/06/2017, com a inserção de novas cláusulas. A questão salarial para as instituições que não concederam ou concederam em parte o reajuste referente a 2016, para estas serão tomado como base o INPC acumulado de 1º/07/2015 a 30/06/2016 mais o INPC acumulado de 1º/07/2016 a 30/06/2017, ficando ainda aprovado a alteração da data-base de 1º de julho para 1º/04 (1º de abril) ou 1º/05 (primeiro de maio). Votaram favoravelmente a estas questões mencionadas acima e as minutas 168 (cento e sessenta e oito) empregados, constando ainda 02 (dois) votos nulos e 04 (quatro) em brancos. Foi colocado em discussão e votação a autorização para a diretoria do SEESSACEB negociar com as instituições os acordos coletivos de trabalho a viger nos períodos 1º/07/2017 a 30/06/2019 ou caso seja alterado a data base de algumas instituições o período será de 1º/07/2017 a 31/03/2019 ou 1º/07/2017 a 30/04/2019. Esta autorização para negociação dos acordos coletivos de trabalho contou com aprovação da maioria absoluta, votaram favoravelmente 169 (cento



e sessenta e nove) empregados constando ainda 03 (três) votos nulos e 02 (dois) em brancos. Ainda sobre a autorização de negociação a diretoria do Sindicato profissional ficou autorizada a negociar com as instituições termos aditivos na vigência dos Acordos Coletivos de Trabalho firmados. Em outros assuntos foi discutido e aprovado uma taxa negocial a favor do Sindicato Profissional que incidirá sobre o salário básico de cada empregado representado em 03 (três) parcelas de 3,5 % (três e meio por cento) nos meses de agosto, outubro e janeiro. Esta matéria depois de muita discussão foi aprovada por maioria absoluta. Votaram favoravelmente 147 (cento e quarenta e sete) empregados, sendo que 27 (vinte e sete) foram contrários votando em branco e abstendo. Todas as matérias foram votadas por escrutínio secreto, sendo escrutinadora a assessora jurídica da entidade Dr^a. Sunaika Indiamara Caetano Moura. Não havendo nada mais a tratar os trabalhos dos todos 6 (seis) dias de assembléia foram encerrados às 17:40 (dezesete horas e quarenta minutos). E para constar a presente ata foi lavrada e depois de lida e aprovada, segue assinada pelo secretário da entidade e demais diretores e escrutinadora. Anápolis aos trinta e um dias do mês de maio de dois mil e dezessete.


The block contains four handwritten signatures in purple ink. From left to right: a signature that appears to be 'Ferreira'; a signature that appears to be 'Sunaika' with the number '03034827' written below it; a signature that appears to be 'Sunaika'; and a signature that appears to be 'Sunaika' with a horizontal line drawn through it.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.